

Nova Carta está pronta e valerá dia 5

O plenário da Constituinte aprovou ontem, por 474 votos favoráveis, 15 contrários e seis abstenções, a redução final do texto constitucional que será promulgado no dia 5 de outubro. Em sessão meramente formal e sem qualquer polêmica, a única oposição apresentada foi a da bancada do PT, que votou contra o projeto — o deputado João Paulo (MG) não obedeceu à decisão do diretório nacional. Depois de 16 discursos de líderes partidários, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, anunciou o fim da "sessão histórica" aos parlamentares. "Chegamos. Graças a Deus, ao povo e aos constituintes, chegamos", desabafou sob aplausos do plenário após 20 meses de trabalho.

Dos discursos o que mais mereceu atenção e aplausos do plenário disperso foi o do presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA). Ele salientou que a nova Constituição, "apesar de sua vocação estatizante, não tornará o País ingovernável. Ela apenas exige talento dos governantes e, por isso, ninguém poderá se insurgir contra ela". O líder do PMDB, deputado Nelson Jobim (RS) disse em tom enfático que "começa agora uma etapa árdua: a aplicação da nova Constituição". Advertiu que o seu cumprimento dependerá principalmente da atuação do Congresso Nacional e "se ela não der certo nós seremos os culpados".

Questão agrária
O ponto comum dos discursos dos demais líderes foram os avanços obtidos nas garantias e direitos individuais e coletivos. O senador

Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) afirmou que agora "o povo inteiro entende que sem liberdade não há avanço social. Nesse aspecto nunca tivemos texto igual". O deputado Roberto Freire (PCB-PE) disse que "mesmo sem a solução da questão agrária a luta para derrotar a ditadura foi vencida".

O deputado Ademir Andrade (PSB-BA) ressaltou o trabalho realizado pelos partidos de esquerda e correntes progressistas que conseguiram "neutralizar a maioria conservadora da Constituinte aprovando um texto avançado". Reconhecendo esses avanços, o deputado Haroldo Lima (PC do B-BA), afirmou que eles não foram maiores porque "a mobilização popular foi insuficiente".

Apesar de votarem favoravelmente ao texto constitucional, os líderes do PL, deputado Afif Domingos, e do PFL, deputado José Lourenço, fizeram discursos inconformados. Domingos declarou que "de nada adianta uma ordem social avançada se a Nação, para fugir do capitalismo selvagem, se transformou em estatismo selvagem". Lourenço, da mesma forma, disse que os avanços sociais, "onde só existem direitos e não deveres", podem ser considerados positivos, "quando não se leva em consideração os custos de sua aplicação".

O único voto de liderança contrário ao texto constitucional foi o do PT. O deputado Luís Ignácio Lula da Silva (SP) esclareceu que o partido não tinha ilusões de resolver todos os problemas dos trabalhadores com essa Constituição, mas não podemos votar a favor do mérito quando nossas reivindicações não foram atendidas plenamente". Lula explicou, no entanto, que o partido assinará a Constituição.

1984 pelo então presidente, general João Batista Figueiredo. Reconheceu que após o golpe de 64 se instalou no País "um regime autoritário que, com a nova República, passou para uma democracia governada". Salientou que o texto da nova Constituição, apesar de algumas imperfeições é a representação da garantia da transição para a "democracia governante — o exercício do poder pelo povo".

Passarinho deu ainda uma resposta ao presidente José Sarney e às correntes mais conservadoras ao afirmar que a nova Constituição "certamente não tornará o País ingovernável. Ela apenas exige talento dos governantes". Mesmo assim, não deixou de observar a vocação estatizante da Constituição, acrescentando que apesar de ser pessoalmente contrário a esta posição, ela representa "a vontade soberana do plenário".

Assinaturas
A movimentação que marcou o dia de ontem, com a votação do texto final do projeto de Constituição, quando eleitores e curiosos circularam nos corredores do Congresso pedindo autógrafos de constituintes, tem chances de se repetir por quatro dias, sem contar a data da promulgação. A partir de hoje, começam a ser recolhidas as assinaturas dos constituintes nas cópias do texto da nova Carta impresso em papel especial. Hoje assinam os constituintes do Amapá, Roraima e São Paulo, pela manhã, e à tarde os do Acre, Amazonas, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. No dia

Ninguém pode se insurgir

"A nova Constituição é a vontade soberana do plenário e ninguém poderá se insurgir contra ela". Com este discurso de seu presidente o senador Jarbas Passarinho (PA), o partido que chegou a se opor à convocação da Constituinte tenta, formalmente romper com o regime autoritário que sustentou ao longo de 20 anos, primeiro como Arena e depois como PDS.

Em um tom incisivo, Passarinho conseguiu a atenção total do plenário, que estava bastante disperso, ao afirmar que "a transição democrática se iniciou em 1979, graças ao PDS". Foi o regime autoritário, disse, o responsável pela anistia política e pelas eleições diretas para governador em 1982, acrescentando que "se a oposição não tivesse se exaltado, estaríamos votando este ano para Presidente da República", como previa um projeto de lei encaminhado em

Eleição impede Congresso de fazer leis complementares

Terminada a Constituinte, o Congresso não entra oficialmente em recesso, o que não quer dizer muita coisa: embora já exista sessão da Câmara marcada para a próxima segunda-feira, às 14h30, a campanha para as eleições municipais é uma garantia de esvaziamento pelo menos até novembro, apesar dos otimistas. O deputado José Lins (PFL-CE), por exemplo, considera urgente a elaboração de algumas leis complementares, como a que regulará o sistema financeiro e, em consequência, eliminará as dúvidas sobre a aplicação do tabelamento dos juros bancários. Ele acha que será "impossível esperar".

No Senado, também há tentativas de otimismo. O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) pretende marcar "esforço concentrado" para os dias 3 e 4 de outubro, às vésperas da festa de promulgação da nova Carta. É uma tentativa de obter quorum para a votação das maté-

rias pendentes, como os decretos-leis sobre suspensão da URP para servidores e extinção do Incrá. Matérias de consenso entre as lideranças não enfrentam obstáculos nessas sessões vazias, nas quais, em contrapartida, fica praticamente impossível votar qualquer projeto polêmico.

27, pela manhã, assinam os de Alagoas, Bahia e Paraíba, e à tarde os do Ceará, Mato Grosso e Paraná. No dia 28, pela manhã, são colhidas as assinaturas dos constituintes do Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro, e à tarde os de Goiás, Maranhão, Santa Catarina e Sergipe. Finalmente, no dia 29, é a vez dos constituintes de Minas Gerais e Piauí, pela manhã, e de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia e Pará, à tarde.

As CPIs também prometem pouca movimentação até as eleições. Falta o depoimento do consultor-geral da República Saulo Ramos, ainda sem data marcada, na CPI da Corrupção, que encerra seus trabalhos no dia 26 de outubro, com a entrega do relatório do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS). As CPIs do Esporte e Importação de Medicamentos devem elaborar apenas roteiros de trabalho não estando prevista ainda a convocação dos depoentes.

Homero, "pianista", vai para TCU

O presidente José Sarney enviou ontem ao Congresso Nacional mensagem indicando o deputado Homero Santos (PFL-MG), primeiro vice-presidente da Câmara, para o Tribunal de Contas da União, em substituição ao ex-deputado Aécio Ferreira da Cunha, que recusou a nomeação, depois de ter o seu nome aprovado pelo Senado Federal.

Aécio Ferreira da Cunha, genro do ex-presidente Tancredo Neves, pediu ao presidente José Sarney que cancelasse sua nomeação, diante das declarações do governador Newton Cardoso de que o cargo vitalício que recebera era parte de um acordo entre o presidente da República e o seu filho, o deputado Aécio Neves.

O presidente José Sarney enviou, também ontem, uma carta a Aécio Ferreira da Cunha, desmentindo as notícias que levaram a indicá-lo para o TCU, reafirmando que os motivos reais para a nomeação foram a sua competência e a confiança que merece do chefe do Governo.

O deputado Aécio Neves — o Aécinho — esteve ontem no Palácio do Planalto, para conversar com o presidente José Sarney sobre "assuntos de interesse da minha região, a cidade de São João Del Rey".

Depois que votou favoravelmente aos cinco anos, foi a primeira vez que Aécio Neves esteve no



Homero, à direita, em 85, foi flagrado como um dos "pianistas" Palácio do Planalto, ele que visitou o presidente José Sarney dias antes da votação do mandato.

Aécinho levou consigo, agora, o prefeito de São João Del Rey, mas conversou com o presidente da República também sobre a situação que levou o seu pai a abdicar da nomeação para o TCU.

Disse que o presidente José Sarney "nunca cobrou qualquer posicionamento político, e tem sido inclusive, nos momentos necessários, solidário a eles". Não disse que o governador Newton Cardoso estava mentindo, quando falou no



Em sessão tranqüila, o plenário aprovou o novo texto constitucional por 474 votos a 15 (da bancada petista) e seis abstenções

Manobra evita sessão polêmica

Antecipando-se a uma questão de ordem que seria apresentada pelo líder do Governo, deputado Carlos Sat'Anna, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, decidiu que a votação de ontem teria caráter "confirmatório", em relação aos dispositivos que só foram apreciados em um turno. Na prática, a votação serviu para aprovar a redação final e convalidar o texto da nova Constituição, afastando a possibilidade de que as inovações introduzidas no segundo turno e pela Comissão de Redação pudessem ter sua legalidade ameaçada.

A decisão de Ulysses agradou o líder do Governo que, um dia antes da votação, já tomara conhecimento de que esta seria a posição da Mesa. Sant'Anna preferia que as matérias novas fossem submetidas a uma votação em separado, mas concordou com a solução encontrada por Ulysses, que "não foi a ideal, mas satisfatória".

Com a decisão de Ulysses, a sessão de ontem, que fora convocada apenas para que se votasse a redação final da nova Constituição, serviu para aprovar, pela segunda vez, algumas das matérias novas que foram introduzidas, com a permissão de Ulysses, no segundo turno de votação.

Ulysses defende medalhas

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, vai entregar medalhas na solenidade de promulgação da nova Constituição e, a partir de 5 de outubro, vai iniciar os trabalhos de elaboração das leis necessárias à regulamentação da Constituição, acreditando estar claro que são auto-aplicáveis os dispositivos que não especificam a exigência de leis. Foram definições feitas à saída do plenário, ontem a caminho do seu gabinete, desfazendo a polêmica mantida durante a semana sobre esses dois assuntos.

Definindo seus sentimentos com o final dos trabalhos, o presidente da Constituinte revelou-se "feliz, alegre, motivado. Sonhei com este dia, em momento de percalços, em momentos mais sombrios e em outros de euforia", afirmou, repetindo o que havia dito ao plenário: "Chegamos. Sinto uma grande emoção. Como é bom chegar. As vezes, apesar dos esforços, não se chega, não chegamos, e chegamos bem. Fizemos um texto à altura do País, para servir ao País, um texto de cooperação com a Nação".

Ulysses Guimarães, ao comen-

tar as críticas à concessão de medalhas, disse que é tradição nos grandes acontecimentos que se cunhem medalhas. "Isto desde Atenas" — lembrou, citando que existe até uma ciência para o assunto, a Numismática. "Quando vêm presidentes e parlamentares de outros países, recebem medalhas, quando foi feita a inauguração de Brasília, houve medalhas. Indiscutivelmente é uma tradição" — assegurou, inclusive lembrando que estas foram cunhadas na Casa da Moeda, uma instituição estatal.

Promulgação

No dia da promulgação — disse — haverá um culto ecumênico às 9h00, com participação popular, às 15h00 passará em revista as tropas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, e haverá uma apresentação de bandas militares. No plenário, será promulgada a Constituição, com as assinaturas dele, do presidente José Sarney e do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Rafael Mayer. Virão convidados dos países americanos, Espanha, Portugal e de Língua Portuguesa. Haverá um selo comemorativo.

Jânio disputa no PMDB, diz Righi

O adversário do deputado Ulysses Guimarães na convenção do PMDB para definir o candidato do partido para a disputa pela Presidência da República deverá ser o prefeito de São Paulo, Jânio Quadros. Quem afirma isto é o líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP). Acrescenta que os políticos que não queriam Jânio no PMDB "já deixaram o partido".

A definição de forças entre os dois candidatos — raciocina Righi — depende ainda de um posicionamento do governador Orestes Quércia. De qualquer modo, o líder do PTB prevê dificuldades para o PMDB já nas eleições municipais, pois a intensificação do debate político nos últimos anos pode ter feito o povo enxergar que "foi enganado". O PMDB, segundo ele, poderá ser dizimado ou pelo menos ser "profundamente abalado", enquanto o PSDB — prossegue — poderá simplesmente "deixar de existir".

Em relação ao PTB, Righi diz que somente o resultado do pleito municipal dará uma visão do cacique do partido.

O BRASIL NA NOVA CARTA

A face oculta do 'desmonte'

NEWTON CARDOSO

A sociedade e, em particular, os Constituintes precisam estar informados de que seu desejo e seu esforço para tornar o Estado brasileiro mais democrático e mais racional correm o risco de se perderem, dentro de alguns dias. Isso se deve a uma manobra sutil, embutida na chamada "Operação Desmonte", refletida na proposta orçamentária da União.

Por se tratar de matéria que desperta pouco interesse, quando nada por sua aridez e complexidade, a proposta orçamentária é o meio quase perfeito que a União encontrou para tornar sem qualquer efeito prático o avanço democrático que, através da Constituinte, pretendeu alcançar com a Reforma Tributária.

A manobra é sutil mas seu efeito é simples e devastador. A União continuará de tal forma poderosa e os Estados e Municípios tão sufocados financeiramente, que o conhecido "píres na mão" tornará a todos dozeis as vontades de Brasília. Partidos políticos, correntes de opinião, lideranças, nada disso terá a menor importância. A dependência financeira colocará, novamente, todos "de joelhos" ante o poder central.

É simples. A União está pretendendo transferir aos Estados e Municípios mais obrigações e menos recursos. Mais do que isso. Está obrigando os Estados a um esforço que, de um modo geral, eles já fazem. E pretende que os Estados honrem compromissos em prazos que a própria União nunca aceitou cumprir, tendo chegado até mesmo à moratória no exterior.

Ainda se pode ter a esperança de que o bom senso prevaleça. Que o Legislativo faça a estréia dos poderes que a Constituição lhe deu para, em nome do povo, garantir a democracia e a integridade do conceito de Federação. Ao fazer isso, os políticos mais conscientes estarão impedindo que se induza o Governo federal a mais um programa que não pode ser cumprido.

O Governo federal tem divulgado pelos jornais que os Estados e Municípios terão uma situação confortável em 89, em razão da Reforma Tributária. Afirma isso, mesmo sabendo que não é verdadeiro. Acontece que tem sido o melhor biombo que encontrou para submeter, mais uma vez, os Estados e Municípios às suas vontades. E pretende fazê-lo agora com o apoio desaviado do Congresso Nacional.

De forma não explícita, quer forçar os Estados e Municípios a desembolsar no próximo ano nada menos do que US\$ 3 bilhões, apenas num item discreto e nebulosamente colocado no Orçamento para 89. Ali, a área econômica do Governo planeja obrigar os Estados e Municípios a pagar, em 89, 25% do estoque das dívidas refinanciadas através do Aviso MF-09/85, dívidas essas que o próprio Governo federal tem lutado com os credores externos para refinanciar com prazos de até cinco anos de carência e sete anos para pagar.

Sob tal critério, a maioria dessas dívidas dos Estados ainda estaria na fase de carência e, ao entrar no período de pagamento, seriam diluídas em até sete anos. Logo, exigir a sua liquidação em apenas quatro anos é no mínimo desmesado.

Todos temos consciência da gravidade da situação econômico-financeira do País neste momento. Os Governos dos Estados, muito mais do que o da própria União, têm realizado notáveis esforços de ajuste, o que talvez só tenha sido possível pelo respaldo moral decorrente da legitimidade de suas origens.

Por que, então, transferir-lhes este ônus adicional se eles já têm dado a sua cota de sacrifício?

É importante notar que os principais focos de pressão do déficit público, conforme dados da proposta orçamentária federal, são:

— os gastos com pessoal; e
— os encargos da dívida pública — ambos da administração federal e que, juntos, representam 5,9% do PIB (respectivamente, 3,7% e 2,2%).

No entanto, dados recentemente divulgados pelo Banco Central demonstram que a parcela do déficit público que se atribui aos Governos estaduais e municipais — os "vilões dos gastos públicos" — não é superior a 1,5% do PIB.

Por que, então, forçar o ajuste sobre eles, se o problema mais grave está localizado justamente nas contas da administração federal?

Nada obstante os números mostrarem que o problema está localizado lá e não cá, a mensagem que encaminha ao Congresso o orçamento federal (art. 56) destaca a "rigidez" dos dispêndios com pessoal e encargos da dívida, ou seja, procura dar a entender que sobre tais componentes da despesa não podem ser feitos cortes.

No entanto, os Governos estaduais há muito já resolveram enfrentar, mesmo que a custa do desgaste político, o problema das despesas com pessoal. Praticamente todos os Estados abandonaram a política salarial federal, passando a reajustar salários em função do comportamento de suas respectivas receitas; caso contrário, estariam falidos.

Também no que concerne ao serviço da dívida ajustam-se os Estados e Municípios. A despeito de todas as dificuldades, têm cumprido os seus compromissos e quando não o fazem sofrem pesadas retaliações por parte do Governo federal, tais como o bloqueio de contas bancárias e embargos administrativos de diversas naturezas.

Informações divulgadas pela imprensa sinalizam que os Estados e Municípios seriam obrigados a pagar os 25% do estoque de dívidas do Aviso MF-09 (que na maioria dos casos supera os 75% da rolagem do serviço da dívida de 89) com o adicional dos Fundos de Participação que se espera obter a partir do aumento na receita do IPI e IR, em 89, decorrentes de algum esforço fiscal já programado por Brasília.

Vale notar, porém, que esse esforço fiscal é apenas uma expectativa, mas a exigência de pagamento imediato de dívidas,

uma vez decidida, passa a ser uma regra a ser obedecida qualquer que seja o comportamento da Receita, sob pena de retaliação.

Ademais, a Reforma Tributária foi concebida para permitir aos Estados e Municípios alguma receita livre adicional. Não fosse esse objetivo, melhor seria não tê-la aprovada!

Enfim, o esforço de ajuste desejado pelo Governo federal deve ser apoiado por todos os segmentos da sociedade. Os Governos dos Estados também o apoiam. As premissas do ajuste proposto, porém, são injustas e pouco realistas.

Que não se manipule desta feita a opinião pública, associando-se a defesa dos legítimos interesses dos Estados, por parte de seus administradores, com o já tradicional estereótipo dos "vilões gastadores".

Já tem sido suficientemente injusta a enorme propaganda divulgada através da mídia nacional de que os Estados e Municípios estarão "nadando" em dinheiro após implantada a Reforma Tributária, argumento esse que tem dado respaldo à operação "Desmonte" e à transferência aos Estados e Municípios, de forma unilateral, de encargos até então custeados pela União.

De fato, a União não mais contará com certo volume de recursos e necessita reduzir seus gastos. Mas ninguém pode afirmar com absoluta segurança que os Estados e Municípios passarão, simultaneamente, a contar com igual volume de receita.

A efetividade da premissa considerada pelo Governo federal dependerá dos termos de legislação complementar pertinente a essa matéria e, particularmente, da fixação de novas alíquotas, sobretudo porque a incorporação dos impostos únicos ao mecanismo do ICM deverá gerar créditos (abatimentos) que antes não existiam. E o Governo federal sabe perfeitamente disso!

De nada adianta, pois, tentar deformar a realidade, transmitindo à opinião pública idéias distorcidas a respeito das relações econômicas. A verdade é que, com ou sem Reforma Tributária, o Governo federal necessita cortar gastos. Mas os seus próprios gastos. E assumir o desgaste político de fazê-lo.

A hora é difícil para todos nós. Mais do que nunca é necessário equilíbrio e serenidade nas decisões dos homens públicos.

Ainda há tempo para se buscar o entendimento, com patriotismo e desprendimento. O bom senso recomenda, nesta hora, mais sensibilidade para se evitar confrontos que nada constroem. Ainda há esperança, mas todos temos que compreender a gravidade do momento que vivemos e nos empenharmos na busca de soluções que só serão duradouras se forem equilibradas.

Newton Cardoso é Governador do Estado de Minas Gerais.